



## **O Fantasma de Getulio Vargas: a presença da História nas reportagens feitas durante o Governo Sarney<sup>1</sup>**

Eliza Bachega CASADEI<sup>2</sup>

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Arquivo Miroel Silveira, São Paulo, SP

### **Resumo:**

Entre 1985 e 1989, a revista *Veja* publicou 79 matérias que faziam referência a Getulio Vargas. O objetivo do presente artigo é investigar como o Jornalismo se apropria do discurso histórico para explicar determinadas situações do tempo presente, através da análise desses textos. O estudo revelou que o material histórico é utilizado como elemento argumentativo e que é possível estabelecer alguns padrões discursivos recorrentes nas reportagens.

**Palavras-chave:** Jornalismo; História; recursos discursivos; Getulio Vargas; José Sarney.

Ao refletir sobre o uso da História para finalidades políticas, Eric Hobsbawn afirma que essa parcela das ciências humanas não se configura, no cotidiano das pessoas, como uma espécie de memória ancestral ou de tradição coletiva. A História, nesse sentido, é vista como “o que as pessoas aprenderam de padres, professores e autores de livros de História” (HOBBSAWN, 2005, p. 19-20). E é também o que as pessoas leram na imprensa.

O presente artigo tem o objetivo de investigar como se configuram as relações entre História e Jornalismo, a partir da análise de um corpus específico: as matérias publicadas na revista *Veja*, no período de 1985 a 1989 (marcado pela presidência de José Sarney) que continham o nome de Getulio Vargas referido no texto. É importante ressaltar que não estamos interessados em pesquisar a relação entre o Jornalismo e a posterior historiografia do período, ou ainda, em analisar publicações especializadas na área de História.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduanda em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A iniciação é desenvolvida junto ao Arquivo Miroel Silveira e o eixo de pesquisa “O Poder e a Fala na Cena Paulista”, sob a orientação da Profª. Dra. Mayra Rodrigues Gomes. Email: [elizacadei@yahoo.com.br](mailto:elizacadei@yahoo.com.br).



A principal pergunta que permeará o presente artigo é a seguinte: por que, após mais de trinta anos da morte de um presidente, ele ainda é citado em veículos noticiosos para explicar determinadas situações da atualidade? Investigaremos a maneira como o jornalismo trabalha o material histórico e o lança a luz do tempo presente.

### **1. Funções do material histórico no jornalismo: do noticioso ao argumentativo**

No período de 1985 a 1989, a revista *Veja* produziu 79 matérias que citavam o nome de Getúlio Vargas. Na contagem foram excluídas as entrevistas publicadas nas páginas amarelas<sup>3</sup>. Uma vez que o ex-presidente já estava morto a mais de 30 anos, o grande número de citações em reportagens não deixa de ser um fato relevante.

Precisamos investigar, agora, qual era a natureza das matérias produzidas. Das 79 matérias, podemos dizer que em 13 delas (16% do corpus estudado), a citação do nome de Vargas tinha um caráter noticioso. Por caráter noticioso, queremos significar aquelas matérias cuja citação do nome de Vargas era motivado por valores-notícia de seleção, ou seja, por determinados valores que influenciam as seleções primárias dos fatos nas páginas da revista (SILVA, 2004).

Na grande maioria das matérias (84% do corpus), porém, observamos que o nome de Vargas foi incluído na reportagem não por ser uma pauta em si, mas sim, por apresentar determinados valores-notícia de construção. Explicaremos melhor essa terminologia e as conseqüências que ela acarreta.

Os primeiros registros de pesquisas sobre o modo como se selecionam quais eventos serão ou não notícias, datam do século XVII:

No *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum*, de 1676, Cristian Weise afirma que ao selecionar as notícias se deve separar o verdadeiro do falso. Daniel Hartnack, em 1688, também tratou do problema da seleção de notícias em seu *Erachten von Einrichtung der alten teutschen und neuen europäisschen Historien*, enfatizando a importância dos fatos. As conseqüências de um acontecimento eram decisivas para decidir se ele seria divulgado ou não (Kunczik, apud SILVA, 2004).

A sistematização dos conceitos enfocando quais acontecimentos do cotidiano virariam ou não matéria jornalística surge, porém, com os estudos de Galtung e Ruge, em 1965. Segundo esses autores, uma série de variáveis - tais como o fator do inesperado, das personalidades envolvidas, da duração do evento, da sua amplitude, de

---

<sup>3</sup> Esse recurso foi usado porque o objetivo do trabalho é analisar qual é o uso que os jornalistas fazem do material histórico. Uma vez que, em uma situação de entrevista, o entrevistado é que faz uso deste tipo de material, achamos conveniente excluí-lo do corpus. De qualquer forma, no período referido, foram publicadas oito entrevistas cujos entrevistados citaram o nome de Getúlio Vargas.

sua significância e clareza, entre outros - seriam determinantes para que os jornalistas identificassem o que viraria ou não notícia. Sistemáticamente, portanto, o valor-notícia é um conceito que indica:

o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Partindo dos estudos de Galtung e Ruge, misturado com as contribuições de Mauro Wolf para o estudo dos valores-notícias, Nelson Traquina propõe que para uma melhor compreensão do caráter das notícias, essa série de elementos deve ser dividida em dois grupos: os valores-notícia de seleção e os de construção.

Os critérios que jornalistas usam para determinar se um dado acontecimento é candidato a ser transformado em notícia, bem como o contexto que envolve a produção jornalística, são tomados como valores-notícia de seleção. Uma vez selecionado o acontecimento, os critérios que determinarão quais das diversas facetas que o envolvem serão hierarquizadas e rearranjadas para formar o texto jornalístico, estão entre os valores-notícia de construção.

Desta forma, quando afirmamos que na menor parte de nosso corpus a citação do nome de Vargas em determinadas reportagens possuía um caráter noticioso por possuir valores-notícia de seleção, estamos incluindo nesse campo matérias como lançamentos de livros e outros produtos culturais que envolviam a figura do ex-presidente. Como exemplo, podemos citar as notícias sobre a publicação do livro *O Anti Semitismo na Era Vargas*, de Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>4</sup>, ou a matéria sobre algumas publicações que os filhos de Vargas planejavam lançar sobre o pai<sup>5</sup>.

As declarações de Élio Gaspari, porém, no texto “A Democracia Dispensa Xerifes”, por exemplo, publicada da edição 914, de 12 de Março de 1986, da revista *Veja*, mostra uma relação bastante diversa da retratada anteriormente. Nesse artigo assinado, Gaspari defende que “a reforma econômica decretada por Sarney pode melhorar o Brasil, e o apoio popular que lhe foi dado pode melhorar o próprio governo. A maneira como esse apoio exibiu-se (...) é por agora uma fonte de incerteza” (GASPARI, 1986, p. 58). Gaspari critica, portanto, a atitude do governo em incentivar

---

<sup>4</sup> Nas matérias: “Arquivos da Verdade”, *Revista Veja*, Ano 20, número 12, volume 1020, de 23/03/1988 e “A Teia de Aranha”, *Revista Veja*, volume 1000, de 04/11/1987.

<sup>5</sup> Matéria “O peso do nome”, *Revista Veja*, Ano 20, número 13, volume 1021, de 30/03/1988.



que pessoas comuns fiscalizassem se o congelamento de preços estava sendo cumprido pelos comerciantes através da figura dos “Fiscais do Sarney”<sup>6</sup>. Em determinado ponto do texto, para reforçar seu ponto de vista, o jornalista escreve:

O apoio popular dado a um governo é saudável quando esse mesmo governo age numa determinada direção para não perdê-lo. Dessa aliança, resulta o fortalecimento das instituições e nela, necessariamente, pratica-se a democracia. Quando o governo se beneficia do apoio popular através de sua mobilização contra terceiros, entrou-se na patologia da satisfação política. Nesses casos, no Brasil, fortaleceu-se o populismo, venerou-se o ditador Getulio Vargas como “Pai dos Pobres”, num Estado Novo nazistófilo e padrinho dos afortunados (GASPARI, 1986, p.59).

Nota-se que, nessa matéria, a figura de Getulio Vargas não é impulsionadora da pauta. O assunto principal (e, portanto, aquele que acionou os mecanismos dos valores-notícia de seleção) é o Plano Cruzado e sua relação com os cidadãos, não a presença de Getulio Vargas – que, no contexto geral, seria até mesmo dispensável para o entendimento do texto.

O valor notícia acionado, nesse caso, é diverso. Ele está mais ligado ao que Traquina chama de valor-notícia de construção. O nome de Vargas foi destacado, dentre vários aspectos que o jornalista poderia ter escolhido, para compor determinados argumentos e determinadas construções de sentido na matéria.

Entre os valores-notícia de seleção, Traquina (2005, p.91-93) destaca: 1. a simplificação (“quanto mais o acontecimento é desprovido de ambigüidade e de complexidade, mais possibilidades têm a notícia de ser notada e compreendida”); 2. a amplificação (número de pessoas envolvidas no caso); 3. a relevância (que compete ao fato de o jornalista ser capaz de mostrar ao seu público que determinado acontecimento é um fato de importância para a sociedade); 4. a personalização (“quanto mais personalizado é o acontecimento, mais possibilidades têm a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos ‘negativo’ ou ‘positivo’”); e 5. a dramatização (apelo para o lado emocional do público).

No texto de Gaspari, levando-se em consideração a citação de Getulio Vargas, vários desses aspectos podem ser observados. O nome de Vargas é evocado, pois simplifica o evento (o apoio pouco saudável da população a um governante já foi dado

---

<sup>6</sup> O Plano Cruzado decretado por Sarney, com o objetivo de frear o aumento da inflação, decretou uma série de medidas tais como: o congelamento dos preços, a renegociação dos títulos do governo e o aumento do salário mínimo. Apesar do início com um relativo sucesso, o plano não deu certo. A demanda por produtos acabou sendo maior do que a oferta, o que favorecia o aumento de preços que, por sua vez, eram contidos através dos congelamentos. A figura do “Fiscal do Sarney” era configurada por cidadãos comuns que deveriam dar queixa à polícia caso observassem casos em que o congelamento não estava sendo cumprido por determinados comerciantes.



antes), lhe confere relevância (esse apoio resultou em conseqüências nefastas, o que nos obriga a dar relevância ao fato atual, uma vez que essas conseqüências podem voltar a se repetir), personificando-o (essa cadeia de acontecimentos aconteceu motivado por uma pessoa determinada, no caso, Getulio Vargas) e dramatizando-o (deixa a sociedade apreensiva para que esses eventos não se repitam novamente).

Toda uma cadeia de pensamentos é ativada, portanto, sem que o jornalista tenha que gastar muitas linhas para explicitá-la. Daí a escolha para que Getulio Vargas fosse retratado em uma matéria jornalística sobre um fato do momento presente da época.

O tipo de construção simbólica presente no texto de Gaspari não se restringe aos espaços reservados para veiculação de opinião da revista. Nas reportagens de cunho informativo, podemos notar mecanismos semelhantes. Só para citar um exemplo: a reportagem “Um golpe de ar frio”, publicada em 08 de Abril de 1987, afirma que o apoio de Sarney está calcado nas classes militares, sugerindo um possível novo golpe de Estado. Para respaldar seu ponto de vista, a revista afirma:

Poderia acontecer no Brasil algo semelhante ao que aconteceu em 1937, quando Getulio Vargas viu um golpe militar no horizonte para depô-lo, vestiu as bombachas, cavalgou-o, cozinhou os generais que o fizeram ditador e agüentou-se no poder mais oito anos, até ser defenestrado em 1945. (VEJA, 1987, p.23).

Para não ficarmos em apenas um exemplo, é necessário esmiuçar um pouco mais o corpus analisado. Primeiramente, podemos fazer uma divisão por assunto. Se separarmos os temas que acionaram os valores notícia de seleção, obteremos a seguinte configuração: 21 matérias (26,5% do corpus) versam sobre notícias referentes ao governo Sarney; 17 matérias (21,5% do corpus) discorrem sobre a constituinte e as propostas da nova Constituição para o país; 13 (16,5%) falam sobre as eleições de 1989; 7 (8,5%) sobre Tancredo Neves; e 21 delas falam sobre assuntos diversos.

Para as finalidades desse *paper*, nos limitaremos a analisar as matérias que versam sobre os dois assuntos com maior incidência no corpus: as referentes ao governo Sarney e à Constituinte.

Em 12 das 21 matérias sobre o governo Sarney, a revista se coloca explicitamente contra medidas adotadas pelo Planalto. Em 10 delas, os atos do governo Sarney são comparados a atos do governo Vargas no período do Estado Novo, em construções muito parecidas com as citadas anteriormente. Em 2 delas, o período de comparação escolhido é o da morte de Vargas em 1954. Nesse último caso, o argumento do suicídio é usado para conotar certa debilidade e um certo tom patético ao governo,



conforme explicitado na reportagem “Artigos 314, 317 e 320”, publicada em 06 de Abril de 1988, sobre um suposto caso de corrupção. Diante da afirmação do líder do governo Saldanha Derzi de que o presidente poderia se matar, tal como Getulio, caso Jorge Murad fosse chamado para depor, a revista ironiza: “Também é possível, contudo, que [Sarney] apenas tenha sugerido ao senador que espalhasse um pouco de terror entre os senadores” (VEJA, 1988, p.23).

Nas matérias sobre a Constituinte, o mecanismo é semelhante. Nos momentos em que a revista se coloca contra determinada medida proposta, ela costuma evocar semelhanças com as Constituições postas em vigor durante períodos autoritários.

Quando colocamos que nessas reportagens a revista se coloca explicitamente contra o governo Sarney ou as medidas adotadas pela Constituinte, não estamos nos referindo a uma impressão que nos fica ao ler a matéria. Estamos falando, sim, de matérias em que o próprio jornalista escreve, com todas as letras, o posicionamento da revista<sup>7</sup>. Por exemplo, na matéria “Do pacote social ao impasse”, de 02 de Março de 1988, sobre dispositivos sociais que poderiam entrar na nova Constituição, a revista é explícita em seu posicionamento quando diz que:

Vista sob o ângulo das particularidades, a plataforma aprovada contém defeitos visíveis, nascidos do clássico costume nacional de se criar uma legislação destinada a distribuir benefícios sem criar recursos e a regulamentar a felicidade (VEJA, 1988, p.22).

Esse posicionamento é respaldado por fatos históricos, quando afirma que “a lei do salário mínimo, por exemplo, foi patenteada pela Carta de 1934, mas só colocou dinheiro no bolso do trabalhador seis anos mais tarde – quando a própria Constituição de 1934 já fora substituída pela do Estado Novo, de 1937” (VEJA, 1988, p.23).

Se contrastarmos essas matérias com as reportagens produzidas sobre Tancredo Neves, notaremos um tratamento do assunto bastante diversificado. Entre 1980 e 1985, foram produzidas 14 reportagens sobre o ex-presidente que envolviam o nome de Vargas com valor argumentativo. Destas, sete citavam a morte de Getulio, três versavam sobre o período do governo constitucional varguista e quatro não especificavam o momento histórico. O suicídio de Getulio, porém, aqui tem uma função diferente. Ele trabalha para conferir sentimentalismo e emotividade na matéria.

---

<sup>7</sup> As matérias que não possuem esse posicionamento claro no próprio texto foram classificadas simplesmente como “neutras”, embora muitas vezes elas não correspondam a um ideal de “neutralidade jornalística”.



Tratamento esse bastante diferente do dado quando o suicídio foi tratado nas matérias sobre o governo Sarney.

Na única matéria em que a palavra “ditador” é citada<sup>8</sup>, também pode ser notado um tratamento distinto. Aqui, Tancredo e Vargas são comparados não em função de uma semelhança (como acontece na relação Vargas-Sarney, em que muitas matérias utilizam o epíteto “ditador”) e, sim, em função de uma oposição:

Nesse sentido, a morte de Tancredo foi o exato oposto do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O ditador do Estado Novo matou-se quando boa parte da população queria vê-lo fora do Palácio do Catete, enquanto Tancredo morreu diante de uma nação que desejava vê-lo na presidência. O tiro que matou Vargas fortaleceu seus aliados, que ainda na véspera estavam politicamente destruídos. A infecção que matou Tancredo entregou a Sarney uma sociedade unida (s.a., 1985, p.29).

Diante do que foi exposto, podemos constatar que a maioria das matérias que citavam o nome de Vargas, nesse período, possuía um caráter muito mais argumentativo do que propriamente noticioso. Podemos perceber também que a figura de Getúlio Vargas exerce uma função de argumento não só por sua menção ser pautada por valores-notícia de construção, mas também por ser gerida e administrada de acordo com a posição da revista sobre determinado assunto.

Esse valor argumentativo parece apresentar, no entanto, alguns recursos discursivos recorrentes. No próximo tópico, tentaremos estabelecer algumas características discursivas gerais apresentadas sistematicamente pelas matérias, para entendermos de que forma se processa a estrutura desse argumento. Para efeitos desse *paper*, dividiremos esses recursos discursivos em duas categorias: recursos discursivos míticos e recursos discursivos típico-ideais.

## **2. Recursos discursivos míticos:**

A respeito da sobrevivência de determinados sistemas de pensamento mitológicos nas sociedades complexas, parece não haver grandes divergências entre os pesquisadores do assunto, mesmo que eles discordem entre si da natureza de como esse pensamento se processa. Como coloca Mircea Eliade:

certos temas míticos sobrevivem ainda nas sociedades modernas, mas não são facilmente reconhecíveis porque sofreram um longo processo de laicização. Sabia-se dito há muito tempo: com efeito, as sociedades modernas definem-se como tal, justamente pelo fato de terem levado bastante longe a dessacralização da vida e do Cosmos; a novidade do mundo moderno traduz-se por uma

---

<sup>8</sup> Reportagem “Obra acabada no governo que não houve”, de 01 de Maio de 1985.



revalorização ao nível profano dos antigos valores sagrados (ELIADE, 1989, p. 19).

Umberto Eco, por sua vez, coloca que “numa sociedade de massa, na época da civilização industrial, observamos, de fato, um processo de mitificação afim com o das sociedades primitivas, mas que freqüentemente procede, de início, segundo a mecânica mitopoiética posta em prática pelo poeta moderno” (ECO, 1987, p. 242). Raoul Girardet vai além, e afirma que “alguns desses temas [mitológicos] encontram-se, mais ou menos discretamente presentes, no segundo plano de algumas das grandes construções doutrinárias do último século” (GIRARDET, 1987, p. 11), mesmo que essas doutrinas outorguem para si um rigor científico em seus postulados.

A divergência sobre qual é a forma, afinal de contas, que o mito se expressa nas sociedades contemporâneas é reflexo direto da própria variedade de conceitos que a palavra “mito” abarca. Girardet resume bem a questão, quando afirma que:

Para os antropólogos e historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (...), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social. (...) Para outros, em compensação, a noção do mito permanece confundida com a de mitificação: ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico. (...) Para outros, enfim, (...) o mito é apreendido em sua função de animação criadora: (...) ele é apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência (GIRARDET, 1987, p.12-13).

Levando-se em consideração essa grande variedade de definições, adotaremos uma específica que nos parece de grande utilidade para compreendermos como um recurso discursivo mítico opera no jornalismo quando este cita argumentos de ordem Histórica em suas reportagens. Trata-se da definição de Mircea Eliade, para quem o mito, na sua acepção original, é uma narrativa que conta e explica por que o Mundo e o Homem se encontram em um determinado estado de coisas e não de outro. É o mito enquanto uma narrativa passada, mas com valor de explicação para o presente. Nas sociedades arcaicas, o mito possuía as seguintes características:

1. constitui a História dos Atos dos Entes Sobrenaturais; 2. que essa História é considerada absolutamente verdadeira (...) e sagrada (...) 3. que o mito se refere sempre a uma criação e (...) essa é a razão pela qual os mitos constituem os paradigmas de todos os atos humanos significativos, 4. que conhecendo os mitos, conhece-se a origem das coisas, chegando-se, conseqüentemente, a dominá-las e manipulá-las à vontade (...) 5. que de uma maneira ou de outra, ‘vive-se’ o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e

exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados (ELIADE, 2007, p. 21-22).

Apesar de admitir que é o estabelecimento da História (e não da Filosofia) que marca o fim dos mitos, Eliade afirma que, surpreendentemente, “mais do que em qualquer outra parte” o pensamento mítico “sobrevive na historiografia!” (ELIADE, 2007, p. 102).

Segundo o autor, as características desse mito revivido nas sociedades contemporâneas são as seguintes: 1. modelo exemplar (“o mito cria modelos exemplares para toda uma sociedade” e “transforma uma existência em paradigma e uma personagem histórica em arquétipo); 2. repetição (alguns eventos que já se processaram antes tendem a se repetir no presente, negando o caráter de um fato inédito: trata-se apenas de um feito já realizado por algum personagem mítico); 3. ruptura do tempo profano e integração do tempo primordial (“o homem moderno esforça-se (...) por sair de sua ‘história’ e viver um ritmo temporal qualitativamente diferente”) (ELIADE, 1989, p. 21-23).

Dessa forma, quando afirmamos que diversas reportagens analisadas possuem recursos discursivos míticos, estamos levando em consideração duas premissas básicas para classificá-las deste modo: 1. o mito não é tido como sinônimo de mentira ou deformação da realidade; 2. trata-se, sim, de estruturas narrativas que seguem as características descritas por Eliade no parágrafo anterior (modelo exemplar, repetição e ruptura do tempo profano e integração no tempo primordial).

No corpus em questão, podemos notar que muitas matérias possuem essas características: 52% das reportagens sobre o governo Sarney e 35% dos textos sobre a Constituinte obedecem a essa estrutura. Para melhor observarmos esse mecanismo, elaboramos uma tabela que evidencia a estrutura seguida pelos argumentos históricos da reportagem. Pelo tamanho limitado do presente *paper*, esmiuçaremos somente alguns exemplos. Antes disso, porém, convém esclarecer um pouco melhor a questão da ruptura do tempo profano e integração no tempo primordial.

Sobre a questão temporal, Eliade coloca que esse tópico se sobressai nos dias atuais através do retorno às origens. Cada vez que o homem evoca seu tempo passado, ele é abstraído de seu tempo presente, profano e, dessa forma, tem uma espécie de atitude mítica. “Isso se traduz na tendência para negligenciar o tempo presente, aquilo a que se chama o ‘momento histórico’” (ELIADE, 1989, p.23). Dessa forma, todas as matérias citadas evocam esse postulado, dispensando, portanto, seu uso na tabela.



<b>Título da matéria</b>	<b>Assunto</b>	<b>Inserção de Vargas</b>	<b>Modelo exemplar</b>	<b>Repetição</b>
<b>O poema do poder</b>	Perfil do presidente Sarney logo após a morte de Tancredo Neves	No trecho: “E a exemplo de Getulio Vargas, age como se não tivesse nenhum inimigo com quem não pudesse um dia reconciliar-se”.	Vargas é descrito como modelo de político cordial e conciliador de conflitos.	Nos trechos subseqüentes, o perfil de Sarney é carregado da mesma habilidade de conciliação: “Em 1965, por exemplo, derrotou Renato Archer na disputa pelo governo do Maranhão. Na semana passada Archer, não parecia sentir constrangimento em ser ministro de Ciência e Tecnologia do governo comandado pelo antigo adversário”.
<b>O Sarney das multidões</b>	Plano Cruzado (congelamento de preços)	No trecho: “O pacote pode armar um cenário para que dele venha a emergir a figura de um pai da pátria e outro Estado Novo, ou pode criar a oportunidade para divisão de responsabilidades”.	O Estado Novo de Getulio Vargas é apresentado como paradigma de medida autoritária que se desenrola quando um chefe de Estado ganha uma popularidade excessiva.	A matéria indica que essa popularidade excessiva está acontecendo no governo Sarney (“passou-se a encará-lo, a partir de então, como um homem com as cordas do poder na mão, um presidente forte”), o que pode trazer o retorno de um Estado Novo.
<b>Apoio de mão dupla</b>	Diminuição do mandato de Sarney	No trecho: “O mito que persegue os governantes que procuram, nos quartéis, um respaldo que não possuem junto aos partidos políticos tem sua origem numa ilusão – a celebrada sabedoria do ditador Getulio Vargas, pai do Estado Novo. (...) A contabilidade da História, no entanto, demonstra que, de três oportunidades, Getulio deu-se mal em duas. Pior: numa delas, esse encontro terminou no suicídio do presidente enfraquecido”.	Através do exemplo de Getulio Vargas, a revista busca mostrar historicamente que políticos que buscam apoio nos quartéis tendem a não ter seus planos bem sucedidos.	Como Sarney buscava o apoio perdido dos partidos nos quartéis, o mecanismo histórico tenderia a se repetir e derrubar o presidente.
<b>Marimbondo de fogo</b>	Pronunciamento de Sarney no convés do navio-escola Brasil, elogiando os militares	No trecho: “as embarcações de guerra costumam produzir estranhos fenômenos no comportamento dos governantes brasileiros. Quando estava a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 1940, o ditador Getulio Vargas anunciou o apoio de seu governo aos países do eixo (...) Sarney, que já requisitou, para seu gabinete no Planalto, a mesma mobília que Vargas possuía no Catete quando deu o golpe do Estado Novo, investiu contra os políticos civis numa demonstração de dureza”.	A matéria deixa entrever, através dos argumentos históricos, que manifestações de autoritarismo acontecem quando políticos estão a bordo de embarcações militares.	Nesse contexto, a repetição que Sarney efetua do ato de Vargas (a de um discurso de tonalidade autoritária a bordo de um navio militar) faz que o autoritarismo de Getulio se repita na figura de Sarney (através do mecanismo de aproximação de idéias).

Com a tabela, pudemos perceber que os recursos discursivos míticos nas matérias analisadas tendem, através de um mecanismo de aproximação de idéias,

aproximar a figura de Sarney do autoritarismo de Vargas, sugerindo uma repetição de conseqüências nefastas. Vargas é tomado como modelo exemplar e paradigma de um Estado autoritário, que tenderia a se repetir no governo Sarney. Essa aproximação de idéias em um momento em que o país acabara de sair de um regime militar, constrói uma cadeia de significados emocionais relevante.

Conforme dissemos anteriormente, outro recurso discursivo recorrentemente utilizado é aquele que chamamos de “recurso discursivo típico-ideal”. Com características bastante diversas das do “recurso discursivo mítico”, ele possui uma estrutura parecida com a dos tipos-ideais, termo cunhado por Max Weber, para selecionar e enfatizar determinados traços da realidade histórica, para afirmar alguns pressupostos sobre o tempo presente.

### **3. Recursos discursivos típico-ideais:**

Quando Max Weber sistematizou o conceito de tipo-ideal, ele “não achava que estava estabelecendo um novo tipo de método conceitual, mas sim, que estava tornando explícito aquilo que já se fazia na prática” (GIDDENS, 2002, p. 141). O tipo-ideal corresponde a uma orientação dada ao cientista social, frente às inúmeras características e formas da vida social. Segundo Weber:

Obtém-se um tipo-ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menos número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de *pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. A atividade *historiográfica* defronta-se com a tarefa de determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal (WEBER, 2006, p. 106).

O tipo ideal não é considerado uma descrição da realidade e nem mesmo uma hipótese de análise. Ele é um instrumento de auxílio do cientista social na elaboração de explicações dos fenômenos e na descrição da realidade. Em outras palavras, ele não é um fim, mas sim, um meio para o conhecimento.

Muito menos a palavra “ideal” deve ser encarada como sinônimo de exemplar: o tipo é ideal no sentido de ser um tipo-puro e não como um modelo desejado de comportamento ou natureza. Segundo o próprio Weber, podem existir tipos-ideais tanto de igrejas quanto de bordéis (GIDDENS, 2002):



Trata-se de um quadro de pensamento, e *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira do *exemplar*. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e como o qual esta é *comparada* (WEBER, 2006, p. 109).

Gabriel Cohn resume muito bem a idéia do tipo-ideal quando afirma que o tipo ideal consiste em:

Enfatizar determinados traços da realidade – por exemplo, aqueles que permitam caracterizar a conduta do burocrata profissional e a organização que ele atua – até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. Por isso mesmo esses tipos necessitam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das idéias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos (COHN, 2006, p. 08).

Desta forma, quando estamos falando em reportagens que apresentam recursos discursivos típico-ideais, nos referimos a matérias que 1. seleciona alguns fatos da esfera histórica, que são completamente isolados e distantes entre si; 2. intensifica e exagera determinados traços; 3. compara-os entre si para encontrar recorrências e definir estruturas e 4. constrói um quadro utópico (ou distópico) e o utiliza como modelo de explicação para realidade, mesmo que esse quadro nunca possa ser encontrado em sua forma pura.

No corpus analisado, 42% das reportagens sobre o governo Sarney e 64% das matérias sobre a Constituinte apresentam essas características no argumento histórico. Novamente teremos que nos limitar a alguns exemplos. A reportagem “O eterno retorno”, publicada em 04 de Fevereiro de 1987, mostra que:

Pelo plenário reunido em Brasília, a partir deste domingo circulam uma esperança e uma maldição. A favor da nova Constituição, há o voto de 15 de novembro (...) A maldição que persegue as constituições brasileiras é mais antiga, começou em 1823 e mistura o barulho das multidões nas ruas com as baionetas, ora caladas, ora falantes (VEJA, 1987, p. 36).

Para construir um quadro mostrando que as constituições brasileiras sempre tiveram um caráter autoritário, a reportagem 1. seleciona os principais atos de força que aconteceram na História do país relacionados às constituições (fechamento da constituinte por Dom Pedro I, a outorga da Constituição de 1937, entre outros), 2. intensifica os elementos autoritários (constrói um quadro que privilegia os momentos autoritários do país, em detrimento dos democráticos que, na matéria aparecem em poucas e pontuais passagens); 3. compara-os entre si (por exemplo, no trecho “na escala



da História, o país passou noventa anos sob constituições outorgadas, outros sessenta submetido a leis apoiadas por assembléias de parlamentares – a diferença entre um caso e outro são períodos alternados de anarquia que somam quinze anos” (VEJA, 1987, p. 37)); 4. constrói um quadro distópico que fica explícito em trechos como, por exemplo, “nascidas na História política do Ocidente quando os cidadãos do povo queriam se proteger contra os abusos do rei, as constituintes que atravessaram o Brasil conseguiram desenhar um país como muitas vocações – inclusive para o atraso” (VEJA, 1987, p. 39).

Outro exemplo: a reportagem “Lei do dinheiro barato”, publicada em 18 de Maio de 1988, trata de uma proposta da constituinte que, segundo a revista era “gigantesca pela ambição, exótica pelo conteúdo e estapafúrdia pelo resultado – o tabelamento dos juros”. Para mostrar que a medida era absurda, a reportagem constrói um quadro distópico, mostrando que o balanço das conseqüências dos atos daqueles que foram contra a taxa de juros sempre foram más e geraram distorções. Para isso, ela seleciona fatos históricos, intensifica os elementos que lhe interessam, compara-os entre si, para finalmente construir o quadro, como fica explícito no trecho a seguir:

A bibliografia dos adversários das taxas de juros é tão antiga quanto rica, e nela figuram autores como São Tomás de Aquino, adversário dos juros numa época em que a Igreja Católica afundava em dívidas, e Vladimir Ilitch Lênin, fundador da União Soviética – onde os juros foram abolidos até porque não tinham utilidade numa economia em que não há mercadorias de consumo para serem comprados a prazo. O islamismo de Maomé condena os juros – mas os bancos árabes de Londres são integrantes do mercado financeiro internacional como qualquer outro estabelecimento. Em 1933, Getúlio Vargas criou a lei da usura e fixou os juros em 12% - e a carência do dinheiro, nessa fase, era grande para todo mundo, menos para quem tinha amigos no governo (VEJA, 1988, p. 20).

A construção do quadro feita a partir de elementos históricos, através de recursos discursivos típico-ideais, confere certa legitimidade à matéria.

#### **4. Considerações finais:**

A partir do exposto, pudemos perceber que a presença do ex-presidente Getúlio Vargas nas reportagens publicadas durante o período do governo Sarney na revista Veja, possuía, na maior parte do corpus, um caráter argumentativo. Por caráter argumentativo entendemos as situações em que a escolha de Vargas para figurar na matéria era pautada por valores-notícia de construção e que, além disso, foi utilizada para corroborar determinado ponto de vista endossado pela revista.



Esses argumentos históricos, de uma forma geral, apresentaram algumas similaridades de construção entre si e puderam ser divididos em dois grupos distintos: os recursos discursivos míticos e os recursos discursivos típico-ideais. Enquanto no primeiro foram alocadas as matérias cuja estrutura narrativa se apoiava no modelo exemplar, na repetição e na ruptura do tempo profano; no segundo figuraram as matérias apoiadas na seleção de fatos da esfera histórica, na intensificação de elementos convenientes, na comparação desses elementos e na construção de um quadro utópico ou distópico.

De uma forma geral, a utilização do elemento histórico nas reportagens (no nosso caso, marcado pela presença de Getulio Vargas) funciona como uma estratégia do jornalista para encadear uma série de significados e juízos de valor em seu texto, sem gastar muitas linhas nessa empreitada. A vantagem de utilizar um argumento histórico, nesse caso, advém do fato de a utilização da História implicar certa cientificidade às propostas da revista, conferindo-lhes, portanto, legitimidade. Como bem coloca Eric Hobsbawn, certa dose de mau entendimento da História é fundamental para construir certos tipos de nacionalismos.

### Referências

COHN, Gabriel. “Introdução”. In COHN, Gabriel (org.). **Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2006.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ELIADE, Mircea. **Mitos, Sonhos e Mistérios**. Lisboa: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mito e Realidade**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

GASPARI, Élio. **A democracia dispensa xerifes**. Revista Veja, volume 914, de 12 de Março de 1986.

GIDDENS, Anthony. **Capitalism & Modern Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.



HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Gislene. “**Valores-notícia: atributos ao conhecimento**”. Trabalho apresentado no V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17409/1/R0797-1.pdf>. Acesso em 04/06/2008.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VEJA. **Artigos 314, 317 e 320**. Ano 20, número 14, volume 1022, de 06 de Abril de 1988.

\_\_\_\_\_. **Apoio de mão dupla**. Volume 975, de 13 de Maio de 1987.

\_\_\_\_\_. **Do pacote social ao impasse**. Ano 20, número 09, volume 1017, de 02 de Março de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei do dinheiro barato**. Ano 20, número 20, volume 1028, de 18 de Maio de 1988.

\_\_\_\_\_. **Marimbondo de Fogo**. Volume 1020, de 23 de Março de 1988.

\_\_\_\_\_. **Obra acabada do governo que não houve**. Volume 869, de 01 de Maio de 1985.

\_\_\_\_\_. **O eterno retorno**. Volume 961, de 04 de Fevereiro de 1987.

\_\_\_\_\_. **O poema do poder**. Volume 869, de 01 de Maio de 1985.

\_\_\_\_\_. **O Sarney das multidões**. Volume 914, de 12 de Março de 1986.

\_\_\_\_\_. **Um golpe de ar frio**. Volume 970, de 08 de Abril de 1987.

WEBER, Max. “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In COHN, Gabriel (org.). **Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2006.